



**MINISTÉRIO DA SAÚDE
CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE**

**ATA DA DÉCIMA SEXTA REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE
– 1991/1995 –**

Nos dias cinco e seis de agosto de hum mil novecentos e noventa e dois, na Sala de Reuniões do Conselho Nacional de Saúde, ocorreu a Décima Sexta Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Saúde, Período hum mil novecentos e noventa e um a hum mil novecentos e noventa e cinco. No período da manhã do dia cinco de agosto, foi apresentado, por deliberação do Plenário em Reunião anterior, um Painel sobre Planejamento Familiar e Política de Saúde Materno Infantil, com exposição da Doutora **Josenilda Caldeira Brandt**, Coordenadora da Coordenação de Saúde Materno Infantil – COSMI, do Ministério da Saúde, auxiliada pelos seus assessores, Doutor **Enrique Rivero** e Doutor **José F. N. Formiga Filho**. Além dos Conselheiros presentes, estiveram como convidados os Doutores **José Yunes** (Consultor da Organização Pan-Americana da Saúde – OPAS), **Norberto Martinez** (Consultor da OPAS-DF), **Rubens Brandão** do Ministério da Saúde, **José Duarte** do Ministério da Saúde. Foi distribuída, pela Expositora, cópias do Parecer solicitado pelo Plenário a Coordenação de Saúde Materno Infantil – COSMI, sobre o Tema em debate. A Sessão foi Presidida pelo Excelentíssimo Senhor Secretário Executivo do Ministério da Saúde, representando o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Saúde, e Secretariada pelo Coordenador Geral do Conselho Nacional de Saúde, Doutor **SYLVAIN N. LEVY**. Após o debate, foram abertos os debates entre os Conselheiros e convidados presentes com os Expositores. Depois de amplo debate sobre o Tema, o Conselheiro **Antonio Peçanha** solicitou que o Plenário estudasse a aprovação de uma proposta no sentido de que o Instituto Nacional de Assistência Médica da Previdência Social do Ministério da Saúde – INAMPS/MS não pagasse aos hospitais que apresentassem percentuais de cesarianas acima de vinte por cento dos partos totais, ou seja, que os procedimentos que excedessem o percentual acertado, não fossem pagos pelo Ministério da Saúde como forma de desestimular as cesarianas desnecessárias. O Conselheiro **Jocélio H. Drummond** propôs que o Conselho elaborasse um Parecer e estudo jurídico sobre a necessidade de regulamentação das entidades consideradas beneficentes. Outra proposta do Conselheiro **Jocélio H. Drummond** foi no sentido da criação de Comissão Intersetorial de Saúde da Mulher no âmbito do Conselho Nacional de Saúde. O Senhor Secretário Executivo, Doutor **JOSÉ CARLOS SEIXAS**, informa que como o Conselho ainda não está reunido formalmente, o que só acontecera a partir do período da tarde, os assuntos que necessitem deliberação serão apreciados mais tarde. Com o encerramento do Painel, a Sessão encerrou-se pelo período da manhã e o Conselho retornou pela tarde, para dar início a sua Décima Sexta Reunião Ordinária, sob a Presidência do Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Saúde e Presidente do Conselho Nacional de Saúde, Doutor **ADIB D. JATENE** e Secretariada pelo Doutor **SYLVAIN N. LEVY**, Coordenador Geral do Conselho. O Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Saúde comunicou sobre a publicação de Portaria tratando de tratamento de saúde no Exterior, com despesas pagas pelo Ministério da Saúde, de acordo com o que deliberou o Plenário do Conselho. O Excelentíssimo Senhor Ministro informou também da revogação de Portaria que tratava do Programa de Fluoretação do Sal de Cozinha, instituído pelo ex-Ministro **ALCENI GUERRA**. O Conselheiro **Swedenberger do Nascimento Barbosa** solicitou a palavra e dirigindo-se ao Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Saúde e aos demais Conselheiros, congratulou-se com a posição adotada pelo Ministro da Saúde, lembrando que enquanto profissional de saúde e representante da categoria odontológica, ficava satisfeito que isto ocorresse, uma vez que o Programa de Flúor no Sal comprovadamente serviria a constituição de oligopólio no setor e beneficiando empresas multinacionais. Afirmou ainda o Conselheiro que o Flúor na água de abastecimento público continua sendo a principal forma de prevenção da carie dental no país e que o temor de fluorese, considerando a realidade do País, não é relevante. O Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Saúde informou aos Senhores Conselheiros que recebeu notícias que a arrecadação do FINSOCIAL tinha melhorado e que o Ministério da Saúde está procurando pagar em dia as AIHs devidas, dentro de um prazo de até o dia cinco de cada mês. O déficit financeiro do Ministério da Saúde continua grande, mas que o Ministério da Saúde está procurando cobrir esse déficit e articulando-se com o Congresso Nacional na busca de melhorar a arrecadação de recursos financeiros para o Setor Saúde. O Ministério da Saúde tem realizado reuniões com os Ministérios da

Ação Social, do Trabalho e da Educação no sentido de discutir a utilização dos recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador – FAT, nas quais concordou-se que parte desses recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador seriam destinados ao Ministério da Saúde. Em relação ao FINSOCIAL, o Excelentíssimo Senhor Ministro informou que o Ministério da Saúde ainda não está recebendo o devido, porque existem diversas ações a nível dos Estados, aguardando o julgamento definitivo do Supremo Tribunal Federal – STF. O Doutor **ADIB D. JATENE** colocou como três dos princípios da política do Ministério da Saúde o seguinte: “**quem contribui tem que fiscalizar**”; “**quem arrecada tem que dizer quanto arrecada e de onde**”; e “**quem aplica tem que dizer como gastou**”. Finalizando, o Senhor Ministro da Saúde disse que tem sido indicado por Conselheiros e por outras pessoas sobre a situação política do País e sobre uma possível saída sua do Ministério da Saúde, O Ministro afirmou que se situa como um técnico do Setor Saúde, assumindo um Ministério técnico, e que enquanto considerar que existem condições e possibilidade de recursos financeiros para trabalhar pela Saúde, sem maiores interferências políticas, ele permaneceria no posto. O Senhor Ministro de Saúde pede licença para retirar-se, devido a outros compromissos, a passa a Coordenação da Sessão ao Doutor **SYLVAIN N. LEVY**. Foram apresentadas as justificativas de ausências dos Conselheiros **Ruy Brasil Cavalcanti Jr.**, **Ernani Aboim**, **João Guerra de C. Monteiro** e **Ana Maria L. Barbosa**. O Conselheiro **Ernani Aboim** informou, por correspondência dirigida a Coordenação Geral do Conselho Nacional de Saúde, que estava encaminhando, conforme solicitado pelo Plenário, a Proposta de Roteiro para criação de Escolas Medicas. O Conselheiro **Paulo S. Barros Barbanti** justificou a ausência previamente, solicitando a convocação do seu Suplente. Em seguida foi colocada em discussão a Ata da Décima Reunião Extraordinária do Conselho. O Conselheiro **Chafic W. Farhat** solicitou correção entre as linhas vinte e cinco e vinte e sete da Ata, para incluir a observação do Conselheiro **Carlos Eduardo Ferreira**, no sentido de que os valores pagos aos hospitais e serviços credenciados ou conveniados, pelo Ministério da Saúde, reajustavam somente ate dezembro de hum mil novecentos e noventa e um e que falta cobrar a taxa de inflação de hum mil novecentos e noventa e dois, ate o presente momento. O Conselheiro **Nelson Seixas** solicitou correções de datilografia nas linhas cento e vinte e sete e cento e cinquenta e sete. A Ata com as presentes correções foi aprovada pelo Plenário. A Ata da Segunda Reunião Extraordinária do Conselho, realizada em vinte três de julho do corrente ano, como só foi distribuída nessa Reunião, ficou para ser discutida no segundo dia de Reunião. O Coordenador Geral do Conselho Nacional de Saúde, Doutor **SYLVAIN N. LEVY** fez algumas comunicações administrativas no sentido dos Conselheiros devolverem os canhotos das passagens utilizadas, para controle dos órgãos responsáveis do Ministério da Saúde, solicitando que as passagens não sejam retiradas, se por acaso o Conselheiro não puder vir a Reunião e que as alterações de rota das viagens dos Conselheiros sejam avisadas, se possível, com alguma antecedência, para facilitar o atendimento ao interessado. O Conselheiro **Chafic W. Farhat** comunicou que o atraso do envio dos PTAs pelo Ministério da Saúde esta dificultando o deslocamento dos Conselheiros, ao que o Senhor Coordenador do Conselho Nacional de Saúde se prontificou a entrar em atendimentos com a Secretaria de Administração Geral – SAG, do Ministério da Saúde, responsável pela emissão das passagens visando uma maior rapidez no envio dos PTAs. Passou-se a Pauta e houve a solicitação de adiamento dos **Temas 01, 02, 03, 05 e 07** para o dia seguinte. Em relação ao **Tema 04**, que tratava da Reestruturação do Sistema Único de Saúde, o Conselheiro **Mozart de Abreu e Lima** solicitou que fosse transferido para a Reunião do Conselho que se realizara em setembro, na medida que haverá a IX Conferencia Nacional de Saúde nos próximos dias quando, certamente, o assunto seria discutido e aprofundado, e seus resultados seriam trazidos para o Plenário do Conselho. Passou-se ao **Tema 08**, que por solicitação do Relator do Tema, o Conselheiro **Mário da C. Cardoso Filho**, será apreciado na próxima Reunião do Conselho. Em seguida, o **Tema 09**, Projeto de Lei sobre a inclusão da Homeopatia nos currículos das Escolas Medicas, e que tem como Relator o Conselheiro **Antonio Peçanha**. O Relator apresentou o seu Parecer contrário à introdução no currículo pleno dos Cursos de Medicina da disciplina de “**Homeopatia**”. O Relator esclareceu que não e contrario a Homeopatia, mas e contra a existência de Lei Especifica para a questão já que as Universidades tem autonomia para incluir ou não outras disciplinas facultativas em seus Currículos. O Parecer do Conselheiro **Antonio Peçanha** foi aprovado e deliberou-se que a Coordenação Geral do Conselho Nacional de Saúde encaminharia o Processo a Assessoria Parlamentar do Ministério da Saúde, que solicitou posicionamento do Conselho, para que esta informe a Câmara dos Deputados. O Doutor **SYLVAIN N. LEVY** informou que tem têm chegado vários processos e pedido, a Secretaria Técnica do Conselho Nacional de Saúde, tratando de praticas alternativas de saúde e que os mesmos foram encaminhados a Secretaria Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde, para Parecer, e que os mesmos ainda não retornaram ao Conselho. O Senhor Coordenador apresentou ao Plenário novo Processo encaminhado a Coordenação Geral do Conselho Nacional de Saúde, solicitando a criação de Comissão Intersetorial de Integração Terapêutica para estudo das terapias alternativas, ligada ao Conselho Nacional de Saúde. O Plenário

deliberou designar a Conselheira **Zaira Campedelli Galante** como Relatora do Processo, que deveria ser apresentada na próxima Reunião. Os Conselheiros resolvem então dar continuidade a discussão do período da manhã, sobre as propostas apresentadas em relação a Política de Saúde Materno Infantil. O Conselheiro **Mozart de Abreu e Lima** propõe que se a Comissão Intersetorial de Saúde Integral da Mulher, apresentada pelo Conselheiro **Jocélio H. Drummond**, for aprovada, que as outras questões fossem remetidas a essa Comissão para análise e melhor elaboração. O Plenário, após discussão do tema, deliberou designar o Conselheiro **Jocélio H. Drummond** como Relator para apresentar na próxima Reunião Parecer sobre a criação de Comissão Intersetorial de Saúde Integral da Mulher. A Conselheira **Zilda A. Neumann** foi designada como Relatora para apresentar, no prazo de noventa dias, de estudo sobre as entidades de planejamento familiar e controle de natalidade não governamentais. O Conselheiro **Nelson Seixas** foi indicado como Relator para apresentar proposta elaborada sobre a sugestão do Conselheiro **Antonio Peçanha** de que o Ministério da Saúde limite o pagamento das cesarianas realizadas em excesso pelos serviços de saúde conveniados ou credenciados, e que deveria também ser apresentado na próxima Reunião. Deliberou-se ainda que a discussão da questão da Saúde Escolar e do Aleitamento Materno seriam pautadas para a Reunião do Conselho Nacional de Saúde de outubro. A Conselheira **Zilda A. Neumann** encaminhou para a Mesa quatro propostas, sobre as quais, o Plenário deliberou da seguinte forma: Proposta 01 ***“Que o parecer apresentado pelo Conselho Nacional de Saúde em sua Reunião de dois de fevereiro de hum mil novecentos e noventa e dois, em relação aos Critérios Básicos para Operacionalizar o Planejamento Familiar de Entidades, faça parte dos estudos, operacionalização e avaliação do que se faz em relação ao Planejamento Familiar”***. Para tal questão foi escolhida como relatora a Conselheira **Jacqueline A. Fonseca**. Proposta 02 ***“Que os métodos naturais de contracepção e o Aleitamento Materno sejam parte e enfatizados nos conteúdos do Planejamento Familiar”***: tendo como Relatora a Conselheira **Jacqueline A. Fonseca**. Essas duas primeiras propostas devem ser pauta para a Reunião Ordinária do Conselho em novembro do corrente ano. Proposta 03: ***“Que haja critérios que se devam seguir para que se efetue a esterilização, entre eles a idade da mulher e a indicação da esterilização, e o consentimento do casal ou responsáveis”***, tendo como Relator o Conselheiro Mário da C. Cardoso Filho, a ser apresentado também no mês de novembro. Proposta 04: ***“Que se faça em conjunto com outras entidades nacionais oficiais e não governamentais uma proposta concreta para o Ano Internacional sobre a Família, em hum mil novecentos e noventa e quatro, incluindo o Planejamento Familiar na Saúde da Família, tendo como Relator o Conselheiro Mozart de Abreu e Lima para ser apresentado na Reunião do Conselho em setembro de hum mil novecentos e noventa e dois”***. Passou-se ao **Tema 06**, que tratava de Orientações para a Constituição e Estruturação dos Conselhos Estaduais e Municipais de Saúde. O Plenário deliberou criar uma Comissão Relatora composta dos Conselheiros **Ivo Fortes dos Santos**, **Zilda A. Neumann** e **Swedenberger Barbosa do Nascimento**, que tem o prazo até outubro de hum mil novecentos e noventa e dois para apresentar seu Parecer. A presente Comissão Relatora estará sob a coordenação do Conselheiro **Ivo Fortes dos Santos**. Passou-se ao **Tema 05**, que trata do Parecer para o credenciamento do Hospital das Clínicas da Universidade de São Paulo, que tem como Relator o Conselheiro **Elizaldo Carlini**. O Parecer do Relator foi contrário a solicitação do Hospital das Clínicas, negando o credenciamento ao Hospital como um todo e sugerindo o credenciamento de cada clínica ou serviço especificamente. O Parecer foi aprovado pelo Plenário por unanimidade e o resultado será informado ao Reitor da Universidade de São Paulo. O Doutor **SYLVAIN N. LEVY** colocou em discussão a alteração da Resolução do Conselho Nacional de Saúde número nove de hum mil novecentos e noventa e um, que tratava da participação dos Comitês de Ética das Instituições que solicitam o credenciamento de Centros de Pesquisas em Seres Humanos. Foi aprovada a Proposta do Conselheiro **Elizaldo Carlini**, consubstanciada na Resolução Conselho Nacional de Saúde número trinta de hum mil novecentos e noventa e dois, em anexo a essa Ata (Anexo nº 01). O Coordenador Geral do Conselho Nacional de Saúde, Doutor **SYLVAIN N. LEVY** informou ao Plenário que já foram realizadas seis visitas a Centros de Pesquisas em Seres Humanos que solicitaram credenciamento ao Conselho Nacional de Saúde, só faltando a homologação final pela Comissão de Visita e Análise para serem enviados para avaliação do Plenário. Outras visitas estão programadas para os meses de agosto e setembro do corrente ano, com o objetivo de resolver todas as pendências em relação aos pedidos de credenciamento. O Conselheiro **Mozart de Abreu e Lima** propõe que se constitua uma Comissão de Conselheiros para dar o parecer final sobre os processos de credenciamento. Outros Conselheiros se pronunciam no mesmo sentido. O Conselheiro **Thiers Ferreira** considera que um Conselheiro, pelo menos, deveria fazer parte das Comissões de Visitas e Análise para credenciamentos. O Doutor **SYLVAIN N. LEVY** informa que o Plenário resolveu anteriormente que as Comissões de Visitas e Análises seriam compostas por dois representantes das Sociedades Médicas e Científicas e um representante do Ministério da Saúde. Comunica também a dificuldade de mobilizar representantes das

Sociedades Científicas na medida em que há restrições administrativas do Serviço Público para pagar as despesas de pessoas que não são servidores públicos. No decorrer da discussão os Conselheiros ponderam que essas questões administrativas e financeiras não devem dificultar o trabalho das Comissões de Análise e Visita e propõem que o Ministério da Saúde procure meios mais ágeis de resolver a questão. O Doutor **SYLVAIN N. LEVY**, sintetizando as discussões sobre o assunto, colocou que pelo entendimento do Plenário, as Comissões de Visita e Análise deveriam funcionar de forma mais agilizadas, que o Ministério da Saúde deveria procurar meios para tal, que as Comissões de veriam apresentar seus relatórios e pareceres para Comissão de Conselheiros para pré-análise antes de ser submetido o tema ao Plenário, que realizaria análise e elaboraria parecer para o Plenário deliberar. A Coordenação Geral do Conselho Nacional de Saúde vai também estudar a possibilidade de definir-se formas de financiamento das Comissões de Visitas e Análise. O assunto será amadurecido e voltará novamente a discussão no Conselho, prevendo-se, futuramente, a realização de um Painel sobre Pesquisas em Seres Humanos. O Coordenador Geral do Conselho Nacional de Saúde apresentou então ao Plenário uma solicitação da Associação Brasileira de Médicos Assessores da Indústria Farmacêutica – ABMAIF no sentido de que o Ministério da Saúde e o Conselho Nacional de Saúde agilizassem o processo de credenciamento dos Centros de Pesquisas em Seres Humanos e caso esse credenciamento não fosse realizado no prazo de trinta dias, os Centros seriam considerados automaticamente credenciados. O Plenário do Conselho discordou da solicitação e escolheu o Conselheiro **Thiers Ferreira** como Relator para apresentar na próxima Reunião, em setembro, Parecer sobre o assunto. A Reunião continuou no dia seguinte, em seis de agosto de hum mil novecentos e noventa e dois, pela manhã, e foi aberta sob a coordenação do Doutor **SYLVAIN N. LEVY**. O Conselheiro **Chafic W. Farhat**, ao início da Reunião levantou questão de ordem no sentido de que as Reuniões não estão tendo início no horário marcado e que esse atraso além de prejudicar o desenvolvimento dos trabalhos, atrapalha os compromissos dos Conselheiros. Propõe que as Reuniões sejam iniciadas na hora marcada. O Conselheiro **F. Ubiratan Dellape** propõe que se volte a discutir a questão da Reunião ser realizada em apenas um dia, e não em dois como atualmente. Pede que o assunto seja pautado para a próxima Reunião. Deu-se início a Reunião e foi posto em discussão a Ata da Reunião Extraordinária do Conselho, realizada no dia vinte e três de julho de hum mil novecentos e noventa e dois. A Ata foi aprovada sem correções. O Conselheiro **Jocélio H. Drummond** pede que seja ressaltado à recomendação que consta da Ata da Reunião Extraordinária que diz respeito à Recomendação do Conselho Nacional de Saúde de que os Estados e Municípios destinem percentual de no mínimo dez por cento de seus Orçamentos, para hum mil novecentos e noventa e três, para o Setor Saúde. E pede que os Conselheiros divulguem de todas as formas possíveis a presente questão. Em seguida foi colocada em discussão o **Tema 01**, que trata da IX Conferência Nacional de Saúde. O Relator do Terna, o Conselheiro **José Eri O. de Medeiros** apresentou relato sobre as providências para a realização da Conferência e informou que todos os encaminhamentos estavam acertados. Em relação a Cerimônia de Abertura da IX Conferência, fez convite a todos os Conselheiros para participarem da Mesa de Abertura, conjuntamente com a Comissão Organizadora e as Autoridades convidadas. Ficou acertado que todos os Conselheiros que tivessem disponibilidade de participar da Cerimônia de Abertura da IX Conferência Nacional de Saúde dariam seus nomes para que constassem do Cerimonial do evento e fossem convidados a participar da Mesa. Esta seria uma forma de prestigiar o Conselho Nacional de Saúde, como uma das instâncias fundamentais de definição das políticas do Setor Saúde, e de que o Conselho prestasse todo seu apoio a Conferência. O Conselheiro **José Eri O. de Medeiros** prosseguiu seu relato, informando dos trabalhos de comunicação social que estavam sendo realizados para a divulgação do evento. Em resposta a uma indagação do Conselheiro **Swedenberger do Nascimento Barbosa**, sobre a substituição de delegados a IX Conferência, o Conselheiro **Jose Eri O. de Medeiros** informou que por motivos operacionais e administrativos, o prazo final para credenciamento de delegados e participantes credenciados a IX Conferência será as doze horas do dia oito de agosto próximo, sexta-feira. Depois desse prazo, não haverá mais credenciamentos de delegados e participantes. O Conselheiro **Thiers Ferreira** informou que o Conselho Federal de Farmácia manterá um estande, no espaço da IX Conferência, para esclarecer os participantes sobre a “**Farmácia Ideal**”. Ao mesmo tempo indagou do Coordenador da Comissão Organizadora da Conferência de como seria a participação dos observadores e ouvintes em geral. O Conselheiro **José Eri O. de Medeiros** informou que a Conferência será aberta a todos e o único limite de presença de pessoas será o limite do espaço físico das dependências dos locais onde será realizada a Conferência. A Conselheira **Zilda A. Neumann** cumprimentou o Conselheiro **José Eri O. de Medeiros** pelo trabalho em prol da realização da Conferência e comunicou ao Plenário que a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, conjuntamente com o Conselho Nacional de Secretários Municipais de Saúde – CONASEMS, e com apoio do Fundo das Nações Unidas para Infância – UNICEF realizará, no âmbito da IX Conferência, uma manifestação denominada

237 “**Compromissos pela Criança**”, que se constituirá, além da solenidade, de um documento a ser
238 subscrito por autoridades municipais, estaduais e federais em prol da saúde e educação das crianças.
239 A Conselheira convidou todos os Conselheiros e entidades a participarem do lançamento da referida
240 “**Carta**”, que tem caráter suprapartidário e nacional. O Conselheiro **José Eri O. de Medeiros** reforçou o
241 convite da Conselheira **Zilda A. Neumann** e avisou que o lançamento da “**Carta**” será no dia dez de
242 agosto, às doze horas, na Universidade de Brasília – UnB. O Conselheiro **Mozart de Abreu e Lima**
243 sugeriu que fosse convidado para o evento o Diretor Geral da Organização Pan-Americana da Saúde –
244 OPAS, Doutor **Carlyle Guerra de Macedo**, que estará no Brasil na ocasião e que o Conselho Nacional
245 de Saúde se unisse ao patrocínio do evento, o que todos concordaram. O Conselheiro **Jocélio H.**
246 **Drummond** pediu a palavra para trazer ao Plenário denúncia de que alguns Estados estariam fazendo
247 triagem ideológica no financiamento dos Delegados a IX Conferência. Problemas já teriam sido
248 detectados em São Paulo e no Amapá. Solicita um esforço do Conselho no sentido de conseguir o
249 apoio de todos os Estados ao financiamento dos Delegados, sem discriminação de nenhuma espécie.
250 Pede também que, diante dessa situação, a Comissão Organizadora da IX Conferência tenha certa
251 flexibilidade no prazo para credenciamento dos Delegados. O Conselheiro **José Eri O. de Medeiros**
252 afirmou, que apesar dos problemas operacionais que isso poderia gerar, vai levar a questão a
253 Comissão Organizadora. O Conselheiro **Elizaldo Carlini** apóia o Conselheiro **Jocélio H. Drummond** e
254 propõe que o Conselho Nacional de Saúde envie aos Estados em que esse problema de discriminação
255 de Delegados se apresente, uma comunicação solicitando apoio aos Delegados. O Conselheiro **José**
256 **Eri O. de Medeiros** comunicou que também esta havendo problemas em relação aos Delegados da
257 Bahia. Doutor **SYLVAIN N. LEVY**, sintetizando as proposições, informou que proporá ao
258 Excelentíssimo Senhor Presidente do Conselho, o Ministro **ADIB D. JATENE** entrar em contacto com
259 os Governadores e/ou Secretários de Saúde dos Estados onde hajam problemas com financiamento
260 dos Delegados, no sentido de que haja apoio desses Estados a vinda dos Delegados a IX Conferência,
261 em especial os Estados da Bahia, do Amapá e de São Paulo. O Conselheiro **Ivo Fortes dos Santos**
262 congratulou-se com a Comissão Organizadora da IX Conferência e parabenizou o encarte inserido nas
263 publicações e jornais da IX Conferência. Prestou solidariedade às questões levantadas pelos
264 Conselheiros **Elizaldo Carlini** e **Jocélio H. Drummond**, contra as discriminações a Delegados. O
265 Conselheiro **Ivo Fortes dos Santos** informou também que o Conselho Nacional das Associações de
266 Moradores – CONAM apóia a solenidade “**Compromisso pela Criança**”, anunciada pela Conselheira
267 **Zilda A. Neumann**. O Conselheiro **Leilton Pereira Guedes** informou que o Conselho Estadual de
268 Saúde de São Paulo encontra-se desativado a cerca de quarenta dias e isso esta prejudicando a
269 participação dos Delegados de São Paulo na IX Conferência Nacional de Saúde. O Conselheiro **F.**
270 **Ubiratan Dellape**, em nome das Entidades de Prestadores Privados de Serviços de Saúde apresentou
271 um voto de louvor e parabenizou os trabalhos da Comissão Organizadora da IX Conferência e a seu
272 coordenador, o Conselheiro **José Eri O. de Medeiros**. O Conselheiro **Mozart de Abreu e Lima** se
273 associou aos votos de cumprimentos apresentados e fez proposta de Moção a ser aprovada pelo
274 Plenário do Conselho, de agradecimento e congratulações dirigidas ao Excelentíssimo Senhor Ministro
275 de Estado da Saúde, Doutor **ADIB D. JATENE** e à Comissão Organizadora da IX Conferência pela
276 qualidade do trabalho, dedicação e de terminação na coordenação do processo de organização da
277 Conferência. A Moção esta em anexo a esta Ata (Anexo nº 02). Nada mais sendo levantado a respeito
278 da IX Conferência, o lema e encerrado. Em seguida, o Doutor **SYLVAIN N. LEVY** transmitiu informação
279 do Senhor Secretário Executivo do Ministério da Saúde, Doutor **JOSE CARLOS SEIXAS**, que até o
280 presente momento não existe ainda a receita previsível do Orçamento da Seguridade Social para um
281 mil novecentos e noventa e três, havendo apenas algumas estimativas. O Excelentíssimo Senhor
282 Ministro **ADIB D. JATENE** já solicitou do Ministério da Previdência Social, uma Reunião Extraordinária
283 do Conselho Nacional de Seguridade Social para que sejam definidos parâmetros para a questão do
284 Orçamento da Seguridade Social. Essa reunião será realizada no dia sete de agosto do corrente ano. O
285 Ministro propôs que ficasse em aberto a realização de uma Reunião Extraordinária do Conselho
286 Nacional de Saúde, já que não ha condições de se discutir nesta Reunião o Orçamento para um mil
287 novecentos e noventa e três, o que os Conselheiros concordaram. Dessa forma o **Tema 02**, ficou
288 adiado. Antes de passar-se ao **Tema 07**, o Coordenador Geral do Conselho Nacional de Saúde
289 lembrou ao Plenário de que fosse enviado a Doutora **Josenilda Caldeira Brandt**, agradecimentos pela
290 participação no Painel sobre Política de Planejamento Familiar e Saúde Materno-Infantil. O Conselheiro
291 **Ivo Fortes dos Santos** propôs que isso seja feito por escrito. Passou-se ao **Tema 07**, que tratava de
292 Custos de Medicamentos/Posição do Ministério da Saúde. Para discutir o tema em questão, foram
293 convidados a Doutora **Suzana Machado D’Ávila**, da Secretaria Nacional de Vigilância Sanitária do
294 Ministério da Saúde, o Doutor **Francisco Junqueira Bruzzi**, Coordenador de Planejamento Estratégico
295 do Ministério da Saúde e o Doutor **Pedro Jose Baptista Bernardo**, do Ministério da Economia,
296 Fazenda e Planejamento, que fazem parte da Câmara Setorial de Medicamentos, do Ministério da

Economia. Houve exposições dos três convidados, que discorreram sobre os problemas da Política Nacional de Medicamentos e do Preço dos Medicamentos. Após as exposições, foi aberto o debate com os Conselheiros. O Conselheiro **Carlos Reinaldo de Souza** propôs que o Conselho Nacional de Saúde convidasse os representantes da subcomissão de Medicamentos da Câmara Federal para comparecer ao Plenário do Conselho para discutir a situação grave dos medicamentos no País. Propôs também a realização de um Painel sobre Política de Medicamentos em uma das próximas Reuniões do Conselho. O Conselheiro **Thiers Ferreira** propôs que se solicitasse o Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI sobre Medicamentos que existiu no Congresso Nacional, para que fosse distribuído aos Conselheiros. O Conselheiro **Elizaldo Carlini** propôs, para discussão do Plenário, uma solicitação ao Ministério da Saúde no sentido da cessação temporária dos atos administrativos cartoriais da Secretaria Nacional de Vigilância Sanitária, até que esse órgão fosse reestruturado e a política de medicamentos do País melhor definida. Propôs também que o Conselho aprovasse recomendação no sentido de que a importação de medicamentos e sais no País só seja feita com a identificação completa e correta dos produtos, para que se evite burlas a Lei. O Conselheiro **Mozart de Abreu e Lima** solicita que a Comissão Intersetorial de Vigilância Sanitária e Farmacoepidemiologia, ligada ao Conselho Nacional de Saúde, comece a funcionar imediatamente e que a mesma possa subsidiar o Conselho. A Reunião foi marcada para o dia primeiro de setembro de hum mil novecentos e noventa e dois. Propôs-se que seja pautado para a Primeira Reunião dessa Comissão a questão dos medicamentos e a posição dos representantes do Ministério da Saúde na Câmara Setorial de Medicamentos. O Conselheiro **Thiers Ferreira** lembra que o Ministério da Saúde não pode estar ausente quando se discute o preço dos medicamentos. O Conselheiro **Jocélio H. Drummond** propôs que o Ministério da Saúde estudasse formas de que seu orçamento contemple recursos para o melhor funcionamento da Vigilância Sanitária e melhor controle da política de medicamentos. O Plenário considerou importante que a Primeira Reunião da Comissão Intersetorial de Vigilância Sanitária fosse antecipada, o que a Coordenação Geral do Conselho Nacional de Saúde ficou encarregada de providenciar. O Conselheiro **Elizaldo Carlini** propôs a discussão da criação da Comissão Intersetorial de Medicamentos, vinculada ao Conselho. A Conselheira **Zilda A. Neumann** pediu que ficasse registrado em Ata uma solicitação do Conselho Nacional de Saúde a Central de Medicamentos – CEME, no sentido de realizar estudo dos problemas para o abastecimento da rede básica de saúde com medicamentos básicos, a fim de possibilitar o Conselho Nacional de Saúde participar da busca de soluções para o problema. Propôs também uma maior articulação do setor de pesquisas em Fitoterapia da Central de Medicamentos com os grupos populares que trabalham com plantas medicinais junto a comunidade, como e o caso da Pastoral da Criança da Conferencia Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB, da Pastoral da Saúde da Conferencia Nacional dos Bispos do Brasil – CNBB e outras organizações. As propostas da Conselheira foram aprovadas. O Conselheiro **Jocélio H. Drummond** propôs e foi aprovado que o Conselho Nacional de Saúde solicitasse à Secretaria Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde que elaborasse e apresentasse proposta de Plano de Trabalho e da Estruturação Administrativa necessária a Secretaria para o seu melhor funcionamento e que o Conselho Nacional de Saúde receba essa proposta e mais brevemente possível para análise e discussão. O Conselheiro **Elizaldo Carlini** apresentou três propostas, que foram aprovadas pelo Plenário e estão detalhadas a seguir: **01-** Solicitar a Secretaria Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde, que envie ao Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento, **IMEDIATAMENTE**, as listas de substancias constantes das listas das Portarias de numero vinte e sete de hum mil novecentos e oitenta e seis e vinte e oito de hum mil novecentos e oitenta e seis, da Divisão de Medicamentos da Secretaria Nacional de Vigilância Sanitária, para que sejam importadas apenas pelos nomes conforme estão nessas listas. O Ministério da Economia, de posse dessas listagens, devera incorporar **IMEDIATAMENTE** os nomes das substancias na T.A.B. Por outro lado, o Excelentíssimo Senhor Ministro de Estado da Saúde deveria contatar diretamente o Excelentíssimo Senhor Ministro da Economia para que as providencias sejam imediatamente tomadas. A Secretaria Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde – SNVS/MS devera providenciar, em trinta dias, as listas das demais substancias (insumos farmacêuticos), que deverão figurar na T.A.B. e o Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento – MEFP devera incorporar imediatamente os nomes das mesmas na T.A.B. **02-** Interromper imediatamente todos os atos administrativos da Divisão de Produtos da Secretaria Nacional de Vigilância Sanitária DIPROD/SNVS que envolvem registro de medicamentos e modificações de produtos já registrados. Somente permitir o cancelamento de produtos. **03-** Solicitar a Divisão Legal da Secretaria Nacional de Vigilância Sanitária – DILEG/SNVS do Ministério da Saúde que estude as formas e meios de pagar dignamente os funcionários da Divisão de Produtos da Secretaria Nacional de Vigilância Sanitária do Ministério da Saúde, utilizando os recursos próprios, arrecadados diretamente pela Secretaria Nacional de Vigilância Sanitária. O Plenário propôs também que fosse realizado, na próxima Reunião Ordinária do Conselho, um Painel sobre a Política de

Medicamentos no País. O Painei será realizado no período da manhã do dia dois de setembro próximo, na Sala de Reuniões do Conselho, e terá como expositores os representantes da Central de Medicamentos – CEME/MS, da Sociedade Brasileira de Vigilância de Medicamentos – SOBRAVIME, da Associação Brasileira das Indústrias Farmacêuticas – ABIFARMA, da Secretaria Nacional de Vigilância Sanitária – SNVS/MS, da Associação dos Laboratórios Farmacêuticos Oficiais do Brasil – ALFOB, do Ministério da Economia, Fazenda e Planejamento e do Deputado **Elias Murad**, da Câmara dos Deputados. O Plenário decidiu ainda que fosse distribuído aos Conselheiros o Relatório da Comissão Parlamentar de Inquérito – CPI de Medicamentos da Câmara dos Deputados, de hum mil novecentos e setenta e oito a hum mil novecentos e oitenta, que será encaminhada a Coordenação Geral do Conselho Nacional de Saúde pelo Conselheiro **Thiers Ferreira**. Foi deliberado que se fizesse solicitação a Comissão de Usuários de Serviços de Saúde se manifestasse, em sua próxima Reunião, sobre a questão dos Medicamentos. Foi distribuído aos Conselheiros documento encaminhado pelo Conselheiro **Elizaldo Carlini**, solicitando a Criação de Comissão Institucional que possa assessorar diretamente o Senhor Ministro da Saúde em assuntos de Política de Medicamentos, e o pedido de análise do Ante-Projeto Parlamentar do Deputado **Eduardo Jorge** e Parecer do Deputado **Sérgio Arouca**, que susta o Decreto numero trinta e três mil trezentos e vinte e quatro, de dezanove de dezembro de hum mil novecentos e cinquenta e cinco, que concede a Associação Brasileira das Indústrias Farmacêuticas – ABIFARMA condição de órgão técnico consultivo governamental. O Plenário deliberou encaminhar as duas questões para a Comissão Intersetorial de Vigilância Sanitária, para estudo e parecer, devendo os assuntos retornar ao Plenário posteriormente. Em seguida, foi colocado em discussão o **Tema 13**, que tratava da Recomendação da Comissão Técnica de Atuação dos Profissionais na Área da Saúde – CT/APAS – sobre a Assistência ao Profissional Farmacêutico. O Plenário recebeu a Recomendação da Comissão Técnica de Atuação Profissional na Área da Saúde e o Parecer do Relator o deliberou prosseguir um estudo mais aprofundado sobre o assunto e para tal foi criada uma Comissão Relatora composta pelos Conselheiros **Thiers Ferreira**, **Mansur José Mansur**, **José da Silva Guedes**, que apresentara posteriormente posicionamento ao Plenário do Conselho Nacional de Saúde. Passou-se aos Assuntos Gerais. O Conselheiro **Ivo Fortes dos Santos** trouxe, para distribuição entre os Conselheiros, um documento sobre “**Controle Social nos Serviços de Saúde**”, do Município de Manhuaçu, Minas Gerais. O Doutor **SYLVAIN N. LEVY** apresentou, em linhas gerais, projeto de Comunicação Social que esta sendo desenvolvido para o Conselho. O Projeto foi aprovado pelo Plenário, em suas linhas gerais, ficando aberto a possibilidade dos Conselheiros apresentarem sugestões quanto a seu aperfeiçoamento, ate o dia dez de setembro do corrente ano. O Conselheiro **Swedenberger do Nascimento Barbosa** informou a data das próximas Reuniões da Comissão Intersetorial de Recursos Humanos, marcada para o dia vinte de agosto de hum mil novecentos e noventa e dois e dezanove de setembro de hum mil novecentos e noventa e dois. O Conselheiro **Jocélio H. Drummond** solicitou que fosse aberto Processo de Denúncia sobre irregularidade no Sistema Único de Saúde de São Luis do Maranhão, devendo ser pautado para a próxima Reunião. O Doutor **SYLVAIN N. LEVY** informou aos Conselheiros o cronograma de Reuniões das Comissões Técnicas e Intersetoriais vinculadas ao Conselho, estando todas as Comissões ia com reunião marcada. Como nada mais foi apresentado, deu-se por encerrada a Décima Sexta Reunião Ordinária do Conselho Nacional de Saúde, Período de hum mil novecentos e noventa e um a hum mil novecentos e noventa e cinco, e estiveram presentes e assinaram o Livro de Presenças, os seguintes Conselheiros: Mozart de Abreu e Lima, Antonio Peçanha, Antonio Carlos Parlatore, Jose da Silva Guedes, José Eri O. de Medeiros, Jocélio H. Drummond, Jacqueline A. Fonseca, Vinicius Alves, F. Ubiratan Dellape, Zilda A. Neumann, Ivo Fortes dos Santos, Carlos Reinaldo de Souza, Mário da C. Cardoso Filho, Thiers Ferreira, Swedenberger do Nascimento Barbosa, Chafic W. Farhat, Leilton Pereira Guedes, Francisco A. V. Nunes, Nelson Seixas, Zaira Campedelli Galante, Vitalina J. Baptista Dias da Silva, Elizaldo Carlini, Edmundo Juarez. FIM.